



Justice at War

ENGLISH

PORTUGUESE

WAKE UP TO HISTORY!
Participate • Debate • Decide

TheatreEspresso 

Justice at War

On 7 December 1941, Japanese warplanes bombed the U.S. naval base at Pearl Harbor. During the attack 2,403 people were killed and 80% of U.S. Naval warships in the Pacific were sunk. Many U.S. citizens feared a Japanese invasion and demanded action. In response to the attack, President Roosevelt issued Proclamation No. 2525 restricting travel for Japanese Americans, and authorizing the detention of any alien enemy who appeared dangerous. Two months later, the President issued Executive Order 9066, establishing military zones along the West Coast. The order set the stage for the exclusion of Japanese Americans from those zones.

Citing the threat of further attacks, and suspicious radio transmissions from the West Coast, the War Relocation Authority ordered the evacuation and detention of over 110,000 Japanese Americans into internment camps. While no Japanese American was ever convicted of sabotage or espionage against the United States, men, women, and children of Japanese ancestry were forced from their homes and detained in camps, often under harsh conditions.

Recruited by a lawyer from the American Civil Liberties Union, Mitsuye Endo declared that her detention in the Topaz Internment Camp was unconstitutional; she had never been charged or convicted of a crime. She took her case all the way to the U.S. Supreme Court. Defending the government's actions, Solicitor General Fahey cited the constitutional right to suspend a person's right to a trial (the *Writ of Habeas Corpus*) in cases of rebellion or invasion. Abraham Lincoln had suspended the *Writ of Habeas Corpus* during the Civil War. The Supreme Court had heard four cases regarding the Japanese internment camps prior to that of Miss Endo's. In each instance they determined that the government's actions were constitutional.



Justiça em Guerra



A 7 de dezembro de 1941, aviões japoneses bombardearam a base naval de Pearl Harbor. Durante o ataque 2.403 pessoas foram mortas e 80% dos navios de guerra da Marinha dos Estados Unidos no Pacífico foram afundados. Muitos cidadãos norte-americanos temiam uma invasão japonesa e exigiram ação. Em resposta ao ataque, o presidente Roosevelt emitiu Decreto n.º 2.525 restringindo as viagens de japoneses-americanos, e que autorizando a detenção de qualquer inimigo estrangeiro que parecesse perigoso. Dois meses depois, o presidente emitiu a Ordem Executiva 9066, estabelecendo zonas militares ao longo da Costa Oeste. Esta ordem de preparou o terreno para a expulsão de japoneses americanos dessas zonas.

Citando a ameaça de mais ataques e transmissões de rádio suspeitas da Costa Oeste, a Autoridade de Deslocação de Guerra ordenou a evacuação e detenção de mais de 110.000 japoneses americanos para campos de internamento. Embora nunca nenhum americano japonês foi condenado por sabotagem ou espionagem contra os Estados Unidos, homens, mulheres e crianças de ascendência japonesa foram forçados a deixar suas casas e detidos em campos de concentração, muitas vezes em condições muito duras.

Recrutado por um advogado da União de Liberdades Cívicas Americanas, Mitsuye Endo declarou que a sua detenção no Campo de Internamento de Topaz era inconstitucional; ela nunca havia sido acusado ou condenado por um crime. Levou o caso até a Corte Suprema dos EUA. Defendendo as ações do governo, o Procurador Geral Fahey citou o direito constitucional de suspender o direito de uma pessoa a um julgamento (do habeas corpus) em casos de rebelião ou invasão. Abraham Lincoln suspendeu o habeas corpus durante a Guerra Civil. A Corte Suprema tinha ouvido quatro casos relacionados aos campos de concentração japoneses antes de Miss Endo. Em cada caso, foi determinado que as ações do governo eram constitucionais.

Justice at War transports you to the critical moment in 1944 when Mitsuye Endo case is brought before the U.S. Supreme Court. In role as Supreme Court Justices, you will hear testimony, interrogate witnesses and reflect on crucial questions raised by the case. Finally, you will decide whether or not the government has the constitutional right to detain Miss Endo, and other citizens of Japanese-American ancestry, in camps for the remainder of the War.

Questions to consider

- Under what circumstances should the government be granted the right to detain citizens without a trial?
- In times of war, should individual rights be sacrificed in the interest of public safety?
- Were the camps necessary for national security, given the threat of invasion?
- Could racism have played a role in the decision to place Japanese Americans in internment camps?

Arguments for Keeping Camps Open

Arguments for Closing the Camps

Justiça em Guerra transporta-o para o momento crítico em 1944 quando o caso de Mitsuye Endo é trazido perante a Corte Suprema dos Estados Unidos. No papel de juizes da Corte Suprema, vai ouvir o depoimento, interrogar testemunhas e refletir sobre questões cruciais levantadas pelo caso. Finalmente, vai decidir se o Governo tem ou não o direito constitucional de deter a Senhora Endo e outros cidadãos de ascendência japonesa-americana em campos enquanto a Guerra durar.

Questões a considerar

- Em que circunstâncias deverá o Governo ter o direito de deter cidadãos sem julgamento?
- Em tempos de guerra, deverão os direitos individuais serem sacrificados aos interesses da segurança pública?
- Foram necessários os campos para a segurança nacional, dada a ameaça de invasão?
- Poderia racismo têm desempenhado um papel na decisão de colocar americanos japoneses em campos de concentração?

Argumentos para manter os Campos Aberto

Argumentos para Encerramento dos Campos

1869: The first Japanese to settle on the U.S. mainland arrive at Gold Hill near Sacramento, California.

1870: The U.S. Congress grants naturalization rights to free whites and people of African descent, omitting mention of Asian races.

1911: The U.S. Bureau of Immigration and Naturalization orders that declarations of intent to file for citizenship can only be received from whites and from people of African descent, thus allowing courts to refuse naturalization to the Japanese.

1913: The Alien Land Bill prevents Japanese aliens from owning land in California.

1924: Congress passes an Immigration Act stating that no alien ineligible for citizenship shall be admitted to the U.S. This stops all immigration from Japan.

7 December 1941: Japan launches a surprise attack on Pearl Harbor.

8 December 1941: The United States declares war on Japan.

11 December 1941: General John L. DeWitt is named commander of the Western Defense Command to protect the West Coast from further attack.

19 February 1942: President Roosevelt signs Executive Order 9066, giving the War Department authority to define military areas in the western states and to exclude from them anyone who might threaten the war effort.

18 March 1942: Executive Order 9102 establishes the War Relocation Authority to oversee the forced relocation of persons deemed dangerous to the security of the United States from exclusion zones. This order quickly leads to the establishments of relocation and internment camps.

21 March 1942: Public Law 503 is signed into law, providing penalties for persons who violate exclusion orders.

13 July 1942: A Writ of Habeas Corpus is filed in the name of Mitsuye Endo.

12 August 1942: The evacuation is complete; 110,000 people of Japanese ancestry are removed from the West Coast and placed in ten inland camps.

December 1944: Mitsuye Endo's case is heard before the U.S. Supreme Court.



1869: o primeiro japonês estabelecer-se em território americano chega a Gold Hill perto de Sacramento, Califórnia.

1870: O Congresso dos EUA concede direito de naturalização para os brancos livres e pessoas de ascendência Africano, omitindo menção a raças asiáticas.

1911: O Agencia de Imigração e Naturalização ordena que as declarações com objetivo de adquirir a cidadania só podem ser aceites de brancos e de pessoas de ascendência Africano, permitindo assim aos tribunais recusar a naturalização dos japoneses.

1913: a lei de Territorio Estrangeiro impede os japoneses de possuir terras na Califórnia.

1924: O Congresso passa uma lei de Imigração cuja qual informa que estrangeiros não sendo elegíveis para obter a cidadania, nao lhes devera ser permitida a entrada nos EUA. Isto põe um fim a imigração japonesa.

7 de dezembro, 1941: O japão lança um ataque surpresa a Pearl Harbor.

8 de dezembro, 1941: Os Estados Unidos declaram guerra ao Japão.

11 de dezembro, 1941: General John L. DeWitt é nomeado comandante do Comando de Defesa ocidental para proteger a costa oeste de novos ataques.

19 de fevereiro, 1942: Presidente Roosevelt assina a Ordem Executiva 9066, dando a autoridade ao departamento de guerra para definir áreas militares nos estados do oeste e para excluir deles alguém que possa ameaçar o esforço de guerra.

18 março, 1942: Ordem Executiva 9102 estabelece a Autoridade de Deslocalização da Guerra para supervisionar a transferência de pessoas consideradas perigosas para a segurança dos Estados Unidos a partir das zonas de exclusão. Essa ordem leva rapidamente aos estabelecimentos de deslocalização e de campos de internamento.

21 de março, 1942: Direito Público 503 é assinado em lei, penalizando as pessoas que quebram as ordens de exclusão.

13 de julho. 1942: Um recurso de habeas corpus é arquivado em nome de Mitsuye Endo.

12 agosto, 1942: A evacuação está completa; 110.000 pessoas de ascendência japonesa são removidos da Costa Oeste e colocado em dez campos no interior.

Dezembro 1944: O caso de Mitsuye Endo é ouvida perante da Corte Suprema dos Estados Unidos.

1. Prior to the attack on Pearl Harbor, what rules were put in place regarding Japanese and other Asian immigrants? What does this say about attitudes of many U.S. citizens towards people from Asian countries before World War II?
2. What specific actions were required under Executive Order 9066? Why did President Roosevelt sign this order?
3. While Roosevelt's executive orders authorized the removal of Japanese Americans from the West Coast, they did not specifically mention detaining them in internment camps. What reasons may the government have had in taking this action?



A Shakuhachi player and a young girl, Jul. 1945, Topaz concentration camp, Utah.

Courtesy of the National Archives and Records Administration

"en-denshopd-i37-00866-1." Densho Encyclopedia. 30 May 2013, 21:26 PDT. 9 Apr 2015, 22:56
<<http://encyclopedia.densho.org/sources/en-denshopd-i37-00866-1/>>.



1. Antes do ataque a Pearl Harbor, que regras foram postas em prática sobre os japoneses e outros imigrantes asiáticos? O que isso diz sobre as atitudes de muitos cidadãos norte-americanos em relação às pessoas de países asiáticos antes da Segunda Guerra Mundial?
2. Quais ações específicas foram obrigadas pela Ordem Executiva 9066? Por que o Presidente Roosevelt assinou esta ordem?
3. Enquanto as ordens executivas de Roosevelt autorizaram a remoção de japoneses-americanos da Costa Oeste, não mencionaram especificamente detendo-os em campos de internamento. Que razões pode ter tido o Governo em tomar esta ação?

Relocation Camps: temporary homes in remote areas of the United States administered by the War Relocation Authority for the Japanese Americans who were evacuated from their homes on the West Coast

Pearl Harbor: U.S. Naval base bombed by Japanese forces on 7 December 1941, inciting the U.S. to join World War II

War Relocation Authority (WRA): government agency created by President Franklin D. Roosevelt in March 1942 to oversee the orderly evacuation of Japanese Americans from the West Coast

Internment Camp: another term for the relocation camps defined above, particularly used by those who consider the term “relocation” inaccurate as it implies that Japanese Americans moved there voluntarily

Fifth Amendment: guarantees that no American citizen may be “deprived of life, liberty, or property without due process”

Prison Camp: a camp for prisoners of war, or a low-security prison where prisoners are often put to work

Dual Citizen: a person who holds citizenship in two countries

Writ of Habeas Corpus: (from the Latin: “you may have the body”) is a court order that requires a person under arrest to be brought before a judge or into court.

American Civil Liberties Union: an organization founded to defend and preserve the individual rights and liberties guaranteed by the U.S. Constitution.

Relocation Center: a temporary processing center for Japanese Americans who were being moved to relocation camps

Concentration Camp: a prison camp in which political dissidents, members of the minority, ethnic groups, or prisoners of war are confined—usually under harsh conditions

Espionage: spying or a government’s use of spies to learn another government’s military plans

Sabotage: the willful destruction of property or obstruction of public services

Campos de deslocalização: casas temporárias em áreas remotas dos Estados Unidos administrados pela a Autoridade de Deslocalização de Guerra para os americanos japoneses que foram evacuados de suas casas na Costa Oeste.

Pearl Harbor: base naval americana bombardeada pelas forças japonesas no dia 7 de dezembro de 1941, incitando os EUA para juntar-se a II Guerra Mundial.

Autoridade de Deslocação de Guerra (WRA): agência do governo criada pelo presidente Franklin D. Roosevelt em março 1942 para supervisionar a evacuação ordenada de japoneses americanos da Costa Oeste

Campo de internamento: outro termo para os campos de deslocalização, particularmente utilizados por aqueles que consideram o termo “relocalização” incorreto, uma vez que implica que japoneses americanos se mudaram para lá voluntariamente.

Quinta Emenda: garante que nenhum cidadão americano pode ser “privado da vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo”

Campo de prisão: um campo de prisioneiros de guerra, ou uma prisão de baixa segurança, onde os prisioneiros são muitas vezes colocados para trabalhar.

Dupla cidadania: uma pessoa que tem cidadania em dois países.

Mandado de Habeas Corpus: (do latim: “você pode ter o corpo”) é uma ordem judicial que requer que uma pessoa presa seja levado perante um juiz ou ao tribunal.

União da Liberdade Cívica Americana: uma organização fundada para defender e preservar os direitos e liberdades individuais garantidos pela Constituição dos Estados Unidos.

Centro de relocalização: um centro de processamento temporário para japoneses americanos que estavam sendo levados para campos de reassentamento

Campo de Concentração: um campo de prisioneiros em que dissidentes políticos, membros da minoria, grupos étnicos, ou prisioneiros de guerra estão confinados, geralmente em condições adversas

Espionagem: espionagem ou uso de espiões pelo um governo para saber os planos militares de outro governo.

Sabotagem: a destruição intencional de propriedades ou obstrução dos serviços públicos.

JOHN L. DEWITT, a lifelong army man, was commander of the Western Defense during World War II. In March 1942, General Dewitt ordered the evacuation of more than 110,000 Japanese Americans from the Pacific Coast and southern areas of Arizona.



Mitsuye Endo

MITSUYE ENDO was ordered to leave her home in Sacramento and sent to the Tule Lake Assembly Center in Modoc County, California and later to the Topaz Relocation Center in Utah. Because of her status as a model American citizen, Endo was recruited by the American Civil Liberties Union to be the appellant in a test case against the Government. Her case was forwarded to the U.S. Supreme Court by the Ninth Court of Appeals.

CHARLES FAHEY, Solicitor General of Washington D.C., defended the War Relocation Authority in the Endo case.

JAMES PURCELL was a young American Civil Liberties attorney who recruited Mitsuye Endo to testify, and took her to the U.S. Supreme Court.

JOHN L. DEWITT, um homem de longa carreira militar, foi o comandante da Defesa Ocidental durante a Segunda Guerra Mundial. Em março de 1942, Geral Dewitt ordenou a evacuação de mais de 110.000 japoneses americanos da costa do Pacífico e áreas do sul do Arizona.

MITSUYE ENDO foi forçada a deixar a sua casa em Sacramento e enviado para a Centro da Assembleia Tule Lake em Modoc County, Califórnia, e mais tarde para o Centro de Transferência Topaz em Utah. Por causa de seu estatuto como cidadão modelo americano, Endo foi recrutado pela a União da Liberdade Cívica Americana para ser o apelante num caso experimental contra o Governo. Seu caso foi encaminhado para a Corte Suprema dos Estados Unidos pelo o Nono Tribunal de Apelações.

CHARLES FAHEY, procurador-geral de Washington DC, defendeu a Autoridade de Deslocalização de Guerra no caso Endo.

JAMES PURCELL era um jovem advogado da União das Liberdades Cívicas Americanas que recrutou Mitsuye Endo para depor, e levou-a para a Corte Suprema dos Estados Unidos.



As Justices of the U.S. Supreme Court, you will have the opportunity to ask questions of the following key players. Write down some questions that you may ask.

General Dewitt:

Solicitor General Fahey, lawyer for the War Relocation Authority:

Mitsuye Endo:

Attorney Purcell, lawyer for the American Civil Liberties Union:

Como Ministros da Corte Suprema dos Estados Unidos, você terá a oportunidade de fazer perguntas aos seguintes pessoas principais. Anote algumas perguntas que pode fazer.

Geral Dewitt:

Procurador Geral Fahey, advogado da Autoridade de Deslocalizacao de Guerra:

Mitsuye Endo:

Procurador Purcell, advogado da Uniao das Liberdades Civis Americanas:

TheatreEspresso performs at the John Adams Courthouse in Boston (in collaboration with the Supreme Judicial Court), at the Lawrence Heritage State Park Visitors Center, and in schools and museums throughout New England. The company thanks Mass Humanities and the following foundations for their generous support.



Cabot Family Charitable Trust, Catherine McCarthy Memorial Trust Fund, Friends of Lawrence Heritage State Park, Foley Hoag Foundation, Immigrant City Archives, National Endowment for the Arts, C. Pringle Charitable Foundation, Nathaniel and Elizabeth P. Stevens Foundation, and the White Fund

*This program is supported in part by a grant from the Boston Cultural Council, a local agency which is funded by the Massachusetts Cultural Council, administrated by the Mayor's Office of Arts, Tourism, and Special Events.

Since 1992, **TheatreEspresso** has toured its educational dramas to schools, museums, libraries, and courthouses throughout New England. **TheatreEspresso's** work challenges students to make critical judgments, explore social relationships, reflect on the role of law and human rights in our society, and question accepted truths about the history of America. These plays confront students with complex situations, based on actual historical events, that provoke a variety of opinions and solutions. By asking students to consider themselves participants in the drama, the company engages students in examining contradictory events and testimony in order to reach their decisions.

TheatreEspresso does not advocate any one viewpoint, but hopes to compel students to relate historical events to contemporary issues. **TheatreEspresso** is in residence at Wheelock Family Theatre.



**For further information, visit our website at
www.TheatreEspresso.org**